



29013197



08011.000046/2017-68



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e Inovação Institucional

Memória de Reunião

Comitê de Governança Estratégica - CGE

DATA: 30/07/2024	
LOCAL: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ed. Sede, Sala de Retratos	
PARTICIPANTES	ÓRGÃO
Ricardo Lewandowski	GM
Manoel Carlos de Almeida Neto	SE
Marivaldo de Castro Pereira	SE
Victor Epitacio Cravo Teixeira	CONJUR
Sérgio Gomes Velloso	OUV
Bernardo de Almeida Laferté	SAJU
Elias Vaz de Andrade	SAL
Lílian Manoela Monteiro Cintra de Melo	SEDIGI

Alisson Nava Nunes	SENACON
Marta Rodriguez de Assis Machado	SENAD
Fábio Santos Pereira Silva	SENAJUS
André de Albuquerque Garcia	SENAPPEN
Mario Luiz Sarrubbo	SENASP
Andrei Augusto Passos Rodrigues	PF
Antônio Fernando Souza Oliveira	PRF
Waldemar Gonçalves Ortunho Junior	ANPD
Bruna Cardoso dos Santos	CADE
Ronaldo Alves Nogueira	AECI
Paulo Gustavo Iansen de Sant'ana	ASSINT
Elizeu Soares Lopes	ASPAD
Débora de Souza Januário	SAA
David de Lima Freitas	SPO
Solange Berto de Medeiros	STI

PAUTA:

1. Abertura;
2. Considerações iniciais e apresentação da pauta da reunião;
3. Orçamento;
4. Informe SPO/SE; e
5. Encaminhamentos.

DELIBERAÇÕES

1. O Ministro de Estado do Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP, Sr. Ricardo Lewandowski, iniciou a reunião do Comitê de

Governança Estratégica – CGE, agradecendo a presença dos participantes e destacando a relevância do encontro que abordará assuntos orçamentários e financeiros do órgão.

2.

Em seguimento, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento, Sr. David de Freitas, cumprimentou os presentes e prosseguiu com a pauta informada pelo Ministro, sobre o andamento da execução orçamentária do MJSP. Ele apresentou o quadro de orçamento discricionário do Ministério, totalizando 97% de execução do orçamento, não considerando o Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN. O Subsecretário explicou que, em decorrência de anúncios do Governo Federal sobre um possível corte, foi feito um esforço das unidades para empenhar e preservar o orçamento, alcançando o resultado informado, embora algumas unidades ainda precisem progredir em suas execuções. O Subsecretário mencionou também sobre o Funpen, que se encontra com 39% de execução orçamentária. Informou que parte do orçamento do Funpen está em fase de ajustes, que serão posteriormente empenhados quando ocorrerem os créditos. Já o FNSP está com sua execução em 46,54%. Com relação às emendas discricionárias, o Sr. David comunicou o total a ser empenhado pelo Ministério, envolvendo a Polícia Federal – PF, Polícia Rodoviária Federal – PRF e Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Em continuidade, foi explicada a importância das unidades se atentarem para as emendas individuais, de bancada e de comissão, para terem uma execução tempestiva e qualificada, cumprindo a maximização da qualidade do gasto.

3. O Ministro passou a palavra para o Secretário Nacional de Assuntos Legislativos, Sr. Elias Andrade, que reforçou a relevância das emendas parlamentares, explicando que a destinação de uma emenda para determinada região gera impactos positivos, e caso não seja executada pode gerar problemas no que se refere a descumprimento de preceito constitucional.

4. O Subsecretário retomou a fala, ressaltando a magnitude do impacto orçamentário do órgão para a sociedade quando do direcionamento de esforços e a efetiva execução, já que possibilita a entrega de serviços e políticas públicas adequadas. No âmbito dos créditos extraordinários, destinados a situações urgentes e imprevisíveis, o Ministério foi beneficiado por tais recursos, voltadas para atuações no Rio Grande do Sul, na Terra Yanomami, nos incêndios no Pantanal e para a reforma da superintendência da PRF no Rio de Janeiro devido às enchentes. Assim,

o Subsecretário solicitou aos presentes atenção na execução desses recursos no escopo do crédito extraordinário que justificou sua abertura.

5. A pedido do Sr. Ministro de Estado, o Subsecretário enfatizou a importância de se empenhar o orçamento, dado o avançar do ano, com a elaboração de um planejamento e alternativas para a execução ser remanejada, caso necessário. Dessa forma, pediu que os titulares se atentem aos seus respectivos orçamentos, inclusive às emendas parlamentares.
6. Complementarmente, diversas unidades manifestaram já terem opções programadas quando da impossibilidade de execução de planos que foram traçados de início, se antecipando à preocupação exposta na ocasião.
7. Na ocasião, o Consultor Jurídico, Sr. Victor Teixeira, salientou as importantes parcerias que a área realiza junto às unidades finalísticas para as análises, com destaque àquelas que envolvem licitações, contratos e convênios. Assim, solicitou o envio à Consultoria de dimensionamentos e cronogramas das futuras análises que serão necessárias para a organização interna e realização do trabalho.
8. Na sequência, o Secretário-Executivo, Sr. Manoel Carlos, pontou os seguintes assuntos: i) Plano AMAS – solicitação de documentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; ii) tratativas junto ao Ministério da Fazenda para resolver assuntos de natureza financeira; e iii) acompanhamento da execução dos recursos repassados aos entes federados. Colocou à disposição a Secretaria-Executiva e sua Subsecretaria de Planejamento e Orçamento para prestar apoio a todas as unidades nos temas tratados na reunião.
9. Dando continuidade à pauta, o Subsecretário falou brevemente sobre o monitoramento do Planejamento Estratégico 2024-2027 do Ministério, com os resultados obtidos até o primeiro semestre de indicadores e projetos estratégicos. Ele enfatizou que, devido ao tempo previsto para a reunião, não seria possível discutir cada um dos elementos mencionados, mas que os dados foram coletados nas ferramentas do monitoramento. O Sr. David Freitas falou sobre a importância de os dirigentes analisarem seus indicadores, e direcionarem esforços para atingimento das metas pactuadas.
10. Por fim, o Sr. David Freitas apresentou o “Relatório do 2º trimestre do Núcleo de Aprimoramento da Execução Orçamentária”, demonstrando o avanço na execução no referido período. Destacou o trabalho

realizado pela equipe, incluindo a colaboração com os estados e a atuação da SENASP, que resultou na redução de 4% no nível de empoçamento de recursos do Ministério.

11. Em não havendo mais considerações a serem postas, o Secretário-Executivo agradeceu a presença de todos e declarou a reunião encerrada.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO ALVES NOGUEIRA, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno**, em 06/09/2024, às 19:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ALISSON NAVA NUNES, Coordenador(a) de Administração, Orçamento e Finanças**, em 09/09/2024, às 07:32, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Gomes Velloso, Ouvidor(a)-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 09/09/2024, às 09:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DEBORA DE SOUZA JANUARIO, Subsecretário(a) de Administração**, em 09/09/2024, às 13:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Santos Pereira Silva, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Justiça**, em 09/09/2024, às 14:52, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ELIZEU SOARES LOPES, Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade**, em 09/09/2024, às 16:31, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Augusto Passos Rodrigues, Usuário Externo**, em 09/09/2024, às 17:27, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marta Rodriguez de Assis**



Machado, Secretário(a) Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos, em 09/09/2024, às 18:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **ANDRE DE ALBUQUERQUE GARCIA, Secretário(a) Nacional de Políticas Penais**, em 09/09/2024, às 20:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **DAVID DE LIMA FREITAS, Subsecretário(a) de Planejamento e Orçamento**, em 10/09/2024, às 11:55, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Sarrubbo, Secretário(a) Nacional de Segurança Pública**, em 10/09/2024, às 19:16, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Lewandowski, Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública**, em 10/09/2024, às 20:11, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, Chefe de Gabinete da Secretaria de Acesso à Justiça**, em 17/09/2024, às 14:59, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Lilian Manoela Monteiro Cintra de Melo, Secretário(a) de Direitos Digitais**, em 17/09/2024, às 19:10, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Solange Berto de Medeiros, Subsecretário(a) de Tecnologia da Informação e Comunicação**, em 18/09/2024, às 15:00, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **BRUNA CARDOSO DOS SANTOS, Usuário Externo**, em 23/09/2024, às 16:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Manoel Carlos de Almeida Neto, Secretário(a)-Executivo(a) do Ministério da Justiça e Segurança Pública**, em 14/10/2024, às 16:26, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Δ autenticidade do documento pode ser conferida no site



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

<http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **29013197** e o código CRC **5FB5B00F**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site

<http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08011.000046/2017-68

SEI nº 29013197